

CARTA FINAL
COMISSÃO GUARANI YVYRUPA

Encontro de lideranças e CGY no Rio Grande do Sul
Tekoá Pindo Mirim, Itapuã, Viamão - RS



Nós, lideranças Guarani, mulheres, jovens, *xamõi*, *xaryi kuery* e caciques, de 15 *tekoa*; Araça ty, Ka'aguy Poty, Guyra Nhendu, Para Roké, Guaviraty Porã – Santa Maria, Kaité, Mato Preto – Arandu Verá, Passo Feio - Ka'aguy Poty, Ko'enju, Karanda ty, Salto do Jacuí, Nhu'u Porã, Tekoa Pyau, Nhe'e Ngatu, Jata'i Ty, estivemos reunidos no encontro de caciques e lideranças do RS, realizado entre os dias 13 e 16 de janeiro de 2025, na Tekoa Pindo Mirim, Itapuã, município de Viamão (RS).

Ao longo dos quatro dias de encontro, discutimos questões que perpassam o cotidiano de nossas *tekoa* (aldeias), abrangendo áreas essenciais como a saúde, educação, luta das mulheres, nossas estratégias de organização e de forma central a luta pela demarcação de nossas terras. Temas interligados que refletem diretamente a realidade e os desafios enfrentados por nosso povo, construindo uma reflexão coletiva sobre como podemos avançar em cada uma dessas frentes.

No campo da saúde indígena no Rio Grande do Sul, tratamos dos avanços e desafios que tivemos nos últimos anos. Debates também as nossas formas de articulação, que visam o efetivo atendimento de nossas demandas pela SESAI. A escassez de recursos, a falta de transportes adequados, como carros e o combustível para os deslocamentos de pacientes, além da ausência de UBS nas aldeias e a carência de equipes de profissionais da área, foram pontos cruciais debatidos e que exigem soluções urgentes.

Além das discussões sobre a situação da saúde indígena em nossos *tekoa*, tivemos a oportunidade de discutir sobre a educação escolar indígena e as nossas próprias formas de educar, ligadas ao nosso modo de ser (*nhandereko*). É visível a necessidade da implementação de políticas educacionais que atendam os direitos à educação diferenciada para os povos indígenas e da garantia de estruturas adequadas para o atendimento educacional, como dispostos na legislação vigente sobre o tema.

Destacamos ainda a necessidade de uma atenção maior para as demandas das mulheres Guarani (*kunhangue*) que têm enfrentado muitos desafios, desde aqueles internos às suas comunidades até aqueles enfrentados nas esferas do poder público. Nos atentamos para a

necessidade de fortalecimento de organização interna entre as kunhangue, para que cessem todos os tipos de violência, mas também da necessidade de políticas públicas que atendam as suas especificidades, respeitando e fortalecendo os conhecimentos que são detentoras, como rezadeiras, parteiras, conselheiras.

No que tange a questão fundiária, há anos negligenciada pelo poder público, vemos diversas comunidades vivendo em situação de insegurança territorial, fruto da mora nos processos de demarcação ou por reintegrações de posse promovidas por particulares, municípios e o próprio estado do RS. São comunidades que vivem há décadas em barracos de lona, em acampamentos às margens das rodovias e nunca tiveram a devida atenção dos órgãos públicos.

Este encontro reafirma a importância da organização comunitária e da luta coletiva para enfrentar os desafios históricos, desde a negligência das políticas públicas até a luta pela preservação de sua cultura, memória e território. Além disso, a união das lideranças e comunidades demonstram que é através de ações conjuntas, diálogos contínuos e de articulação estratégica, que podemos garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas no estado do Rio Grande do Sul, como o direito à saúde, educação, proteção às mulheres, e mormente, o reconhecimento e a demarcação de suas terras. A Comissão Guarani Yvyrupa é vista como uma ferramenta de promoção e apoio de nossos encontros, presente nas nossas reuniões para tratar, conosco, de nossos temas, demandas, reivindicações e direitos constitucionais.

Por fim, como encaminhamento desse encontro, solicitamos:

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas: a devida atenção às demandas fundiárias no nosso estado e para o nosso povo, através de aberturas de novos GTs de demarcação e retomada dos antigos GTs que encontram-se paralisados há anos;

À Secretaria Especial de Saúde Indígena: a devida atenção às comunidades Guarani do RS, primando pela consolidação de uma política pública de saúde que atenda nossas demandas e trabalhe de forma complementar aos nossos saberes ancestrais, fortalecendo nosso modo de ser e se curar, com os nossos rezadores e rezadoras; O cumprimento de seu papel institucional, que é a prestação de serviços de saúde em todas as comunidades, através do aumento de profissionais da área, da disponibilização de veículos, combustíveis e de ações de saneamento em nossos tekoa.

À Secretaria de estado da Educação do Rio Grande do Sul: que nossas crianças tenham o direito à educação escolar diferenciada, consolidando uma política pública que congregue as formas tradicionais de educação e disponha de estrutura para que isso seja alcançado, com a elaboração de materiais didáticos diferenciados, formação e/ou capacitação de professores e gestores que atuarão nas nossas comunidades e com garantia de espaços físicos para que possamos educar e formar nossas crianças e adolescentes com dignidade.